



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9781 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

TENSÕES SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA/ANÁLISE LINGUÍSTICA  
ENFRENTADAS POR PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS ANOS FINAIS  
DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rafaella Sales da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Alexsandro da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

**TENSÕES SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA/ANÁLISE LINGUÍSTICA  
ENFRENTADAS POR PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DOS ANOS  
FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**RESUMO:** Neste trabalho, buscamos compreender as tensões enfrentadas por professores de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental ao ensinar gramática/análise linguística. Participaram desta pesquisa sete professores de língua portuguesa que lecionavam em escolas públicas de uma rede municipal de ensino. Para produção dos dados, fizemos uso de uma sessão de grupo focal, cujos dados foram submetidos à análise do conteúdo. Os resultados evidenciaram que o ensino da norma linguística e o trabalho com unidades menores da língua constituíam um ponto de tensão entre os professores. Os docentes também demonstraram preocupação em não serem identificados como praticantes de um ensino tradicional de gramática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise linguística. Ensino de língua portuguesa. Anos finais do Ensino Fundamental.

**INTRODUÇÃO**

Há mais de 40 anos, o ensino de gramática tradicional tem sido alvo de críticas sistemáticas. A partir de então, as novas orientações para o ensino de língua fundamentam-se em uma concepção sociointeracionista, de acordo com a qual a língua materializa-se nas práticas discursivas, por meio de textos orais e escritos. Nessa perspectiva, o texto torna-se um elemento indispensável no ensino de língua (MARCUSHI, 2008), e o ensino de gramática é ressignificado, ultrapassando o ensino de frases isoladas e considerando a língua em funcionamento.

Nesse contexto, Geraldi (2012) propôs a prática de análise linguística durante as aulas de português. A análise linguística é compreendida atualmente como uma “**alternativa complementar às práticas de leitura e produção de textos**, dado que possibilitaria a reflexão consciente sobre os fenômenos gramaticais e textual-discursivos que perpassam os usos linguísticos” (MENDONÇA, 2006, p.204).

A ideia inicial da “prática de análise linguística” era a de que a reflexão sobre os fenômenos linguísticos deveria acontecer por meio dos textos dos próprios alunos. Contudo, outros pesquisadores ampliaram o que seria o ensino desse eixo e discutiram algumas indefinições que causavam dúvidas no trabalho dos professores. Entre essas indefinições, Morais (2002) destacou a ditadura do texto. Segundo esse autor, alguns discursos têm defendido que a reflexão sobre aspectos ortográficos, morfológicos, sintáticos etc., deveria ocorrer unicamente quando vinculados ao texto; comportar-se diferente seria um retorno ao ensino tradicional de gramática. No entanto, há aspectos da língua, como a ortografia, que podem ser abordados de modo mais recorrente fora do texto. Em outras palavras, o estudo desse tópico não precisaria ocorrer apenas quando os alunos produzem e revisam textos.

Outro aspecto controverso nas discussões sobre o ensino de gramática refere-se ao não ensino de nomenclatura, originado das críticas relativas à sua concentração nas aulas de português. Não obstante, é um equívoco achar que a prática de análise linguística proíbe seu ensino. Mendonça (2006, p. 217) lembra que a “nomenclatura técnica é parte dos objetos de ensino, ou seja, nomear fenômenos é necessário para a construção de qualquer saber científico”.

O ensino de norma linguística é mais um ponto de tensão nos discursos sobre a “prática de análise linguística”. Apesar da aversão que muitos têm aos aspectos normativos da língua, parece-nos que há certo consenso de que a escola não pode se negar a ensinar a norma linguística de prestígio de social realmente usada (MATTOS E SILVA, 1995). Mendonça (2007) destaca que isso seria sonegar aos alunos o acesso a um conhecimento socialmente legitimado.

É importante destacar que as discussões apresentadas, até então, destacaram a “prática de análise linguística” a partir do âmbito teórico. Em vista disso, interessou-nos refletir sobre as tensões vividas por professores de língua portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental ante essas orientações. Sendo assim, este trabalho propõe-se a refletir sobre a seguinte questão: *Que tensões enfrentam os professores de língua portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental ao ensinar gramática/análise linguística?*

## **METODOLOGIA**

Participaram desta pesquisa 7 professores de língua portuguesa que atuavam nos anos finais do Ensino Fundamental de uma rede municipal de ensino. Os participantes, que possuem formação inicial em Letras, tinham, em sua maioria, uma experiência considerável no ensino de língua portuguesa, que variava de 10 a 23 anos. Apenas dois deles tinham menos de 10 anos de atuação como docentes.

Para geração de dados, utilizamos a técnica de grupo focal (GATTI, 2012), cujos dados foram analisados a partir da análise do conteúdo (BARDIN, 2011). O grupo focal objetivou ter acesso aos consensos, aos dissensos e às dificuldades dos professores sobre a prática de gramática/AL, considerando particularmente aspectos como o ensino da “norma padrão”, o lugar do texto nas aulas de gramática/AL e o ensino de unidade menores da língua.

## **ALGUNS RESULTADOS**

Em meio as interações do grupo focal, os professores informaram que a graduação foi um momento de desconstrução sobre o ensino de língua, conforme exposto no extrato a seguir:

*Pedro: [...] ((refere-se à leitura da obra “O preconceito linguístico”, de Marcos Bagno)) Pra mim foi chocante... Nessa hora pra mim foi um choque, um choque assim*

*de realidade, porque a gente vem de uma normatização terrível, né?*

*Elisabete: Quando eu fui fazer Letras, eu fui atrás de gramática, porque foi assim que eu aprendi...*

*Fabiana: Duas.*

*Andreza: Eu [também fui] atrás de aprender gramática...*

Os professores esperavam que o curso de Letras ensinasse gramática, pois, na escola, construíram, em seu imaginário, a ideia de que ensinar português consistia em dar aulas de gramática. Logo, esperavam que a universidade fundamentasse esse saber pré-profissional docente apreendido na escola quando alunos (TARDIF, 2008). Todavia, esses profissionais, ao ingressarem na universidade, tomaram conhecimento das críticas ao ensino de gramática, denunciado por concentrar-se no estudo da descrição da língua e de regras prescritivas, e tiveram acesso às ideias da Sociolinguística, segundo a qual não há uma variedade linguística superior à outra.

Os docentes informaram compreender a necessidade do respeito às variedades linguísticas usadas pelos estudantes e declararam que o ensino de gramática deveria ser diferente daquele a que foram submetidos, o qual era focado na correção e no controle. Não obstante, o ensino de gramática ainda constituía para esses professores um desafio. Vejamos:

*Pedro: É interessante, parece que isso não muda.*

*Margarida: Do como ensinar, né? Como se fosse um “nó”. Na verdade, o “nó” é como ensinar essa gramática.*

*Pedro: Parece que não foi ainda, ah... é... [não] chegou a um consenso. Olha, gramática é isso.*

Pareceu- nos que, para os professores, ainda não era tão simples compreender o que seria, “na prática”, o ensino de gramática a partir das novas orientações. Apesar de terem se apropriado de algumas dessas orientações teóricas, ainda sentiam dúvidas sobre como isso se materializaria em suas ações.

Entre as inquietações dos professores, encontra-se o ensino da chamada “norma padrão”. O depoimento a seguir revela tal afirmação:

*Fabiana: [...] eu acredito que temos que ver que norma padrão é uma coisa e culta é outra. Existem coisas na norma padrão. [...] E aí, é esse gancho é [...] bem interessante, o que realmente é necessário pra ensinar na escola. Os Parâmetros dizem que as variações, todas as normas... E, inclusive, a norma culta tendo essa concepção de que ela não é a mesma norma padrão.*

*Margarida: Sendo que ela não é melhor que nenhuma outra.*

*Pedro: A língua é viva... a sociedade sempre vai criar... Vai transformar a língua. A gramática nunca vai homogeneizar com a língua, não vai...*

*Elisabete: Eu não gosto nem de usar com os meus [alunos] a questão da norma culta, porque, pra mim, isso é mais um folclore pra gente, o profissional de Letras.*

Esse fragmento parece revelar que os professores estão cientes sobre o que dizem os discursos acadêmicos e os documentos oficiais sobre o ensino de norma linguística: a reflexão sobre as diferentes normas, o respeito às variedades linguísticas e o ensino da norma linguística de prestígio. Contudo, a variedade considerada “padrão” da língua apresenta-se como um ponto de tensão, pois reconhecem que essa norma não corresponde à norma culta de uso real (MATTOS E SILVA, 1995). Isso pode ser revelado na crítica que apresentam à

norma tida como padrão, pois, segundo os docentes, ela não corresponde sempre ao que é realmente utilizado no dia a dia das pessoas consideradas “cultas” no país.

Os dados gerados a partir da sessão de grupo focal evidenciaram também a nítida preocupação dos docentes em contextualizar o ensino de gramática. Por isso, perguntamos sobre o papel do texto no ensino de gramática e se esse ensino deveria partir sempre do texto. A opinião deles sobre essa questão foi a seguinte:

*Andreza: O texto é uma porta muito grande.*

*Anderson: Uma porta, é.*

*Andreza: E ele lendo, utilizando, ele vai, assim, aderindo a algumas regras, porque a partir do momento que você lê, você está refletindo naquilo ali e seu cérebro está processando aquela letra, aquela palavra e aquilo ali internaliza[...]*

*Margarida: Eu acho que se não do texto obrigatoriamente, mas pelo menos de um contexto, porque assim frases soltas, acho que não faz mais sentido, né?*

*Fabiana: Cabe não.*

*Margarida: Pra gente agora no nosso ensino, acho que não. [...] Então, essa questão de contexto é algo muito importante. Se não partir do texto, mas partir, pelo menos, de um contexto, porque trabalhar só com frases soltas, acho que fica meio complicado.*

*Pedro: Fica.*

Como vemos acima, os professores afirmaram que não seria adequado ensinar gramática a partir de frases soltas. Margarida explicou que, se o ensino não acontecer a partir do texto, é necessário ter, pelo menos, um contexto, o que foi assentido pelos outros. Entendemos essa preocupação dos docentes ao dizerem “*frases soltas, acho que não faz mais sentido*” como uma necessidade em não serem identificados como avessos às inovações no ensino de língua portuguesa.

Ante a defesa do ensino de gramática a partir de textos (ou, pelo menos, de um contexto), perguntamos se o trabalho com a ortografia, que é definida, basicamente, no nível da palavra, deveria sempre partir do texto. Vejamos abaixo:

*Fabiana: De início, acredito que não seria viável ((fazer um trabalho fora do texto)) mas se fosse pra realmente fazer um recorte, trabalhar uma questão fonêmica, né?*

*Margarida: Uhum.*

*Fabiana: Como essa palavra pode ser representada graficamente. Então, sim, mas aí eu penso como Margarida que **chegar, soltar as palavras de qualquer jeito não seria tão interessante não. Agora, se dentro de um contexto, de um pequeno texto...***

*Anderson: É.*

Ao analisarmos esse fragmento, compreendemos que, inicialmente, os professores pareceram concordar que as dificuldades ortográficas dos alunos poderiam ser exploradas fora do texto, mas apenas em uma situação excepcional, como a notação fonética de uma determinada questão ortográfica. Desde o início, a professora Fabiana declara que “não seria viável”, por considerarem que o melhor é que o trabalho com ortografia acontecesse de forma contextualizada ou por meio de um pequeno texto. Esses dados parecem indicar que os docentes vivem o que Morais (2002) denominou de “ditadura do texto”. Parece haver certa rejeição a atividades que aconteçam fora do texto, mesmo quando se trata de aspectos que não dependem do texto ou do gênero.

É preciso considerar que há diversos fatores que interferem naquilo que fazem os professores e na compreensão daquilo que acreditam que deveria ser feito. Consideramos que essa “rejeição teórica” dos professores ao trabalho com o ensino de gramática que não parta do texto constitua uma apropriação de um discurso acadêmico e oficial amplamente difundido, que, de certo modo, contribuiu para a mencionada “ditadura do texto”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os professores demonstraram o desejo de superar o ensino de gramática concentrado apenas na perspectiva da classificação e da nomeação. Tal consciência foi apontada, nos depoimentos do grupo focal, na ênfase do trabalho a partir dos textos, na reflexão sobre a língua a partir da norma linguística de uso real e no respeito às variedades linguísticas.

Consideramos que é necessário ouvir os professores para que tenhamos maior clareza sobre os dilemas que vivem com relação ao ensino de língua em vez de impor o que devem fazer ou não. Ademais, não adianta avançarmos no debate acadêmico e não promover ações que, considerando os saberes-fazer docentes, contribuam para que os professores se apropriem de discussões fomentadas na academia.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GERALDI, J. W. Unidades básicas do ensino de português. In: GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. (Org.). São Paulo: Anglo, 2012.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDONÇA, M. Gêneros: por onde anda o letramento? In: SANTOS, C. F; MENDONÇA, M. (Orgs.). **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a

MENDONÇA, M. Análise linguística no ensino médio: um novo olhar, um outro objeto. In: BUZEN, C; MENDONÇA, M; KLEIMAN; et al. (Orgs.). **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MATTOS E SILVA, R. V. **Contradições no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1995.

MORAIS, A. G. Monstro à solta ou... “Análise Linguística” na escola: apropriações de professoras das séries iniciais ante as novas prescrições para o ensino de “Gramática”. **Anais da 25ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu: ANPEd, 2002.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.